

## **Escravidão e modernidade: a implantação na energia elétrica no Brasil escravista**

**Luiz Fernando Saraiva**

Instituto de História, Universidade Federal Fluminense  
[saraivalf@uol.com.br](mailto:saraivalf@uol.com.br)

**Rita de Cássia da Silva Almico**

Faculdade de Economia, Universidade Federal Fluminense  
[ritaalmico@uol.com.br](mailto:ritaalmico@uol.com.br)

### **Resumo**

Os processos de modernização assistidos no Brasil do XIX podem ser ilustrados de diversas formas, como a implantação da eletricidade nas cidades, tanto para iluminação particular, quanto para pública. Nosso trabalho traz a experiência da cidade de Juiz de Fora para servir de exemplo dessa modernização e, ainda, compara com outros processos de modernização em curso no país. Apesar de parecer antagônica, foi através da renda e riqueza geradas pela escravidão que tais modernizações foram viabilizadas. Para essa pesquisa usamos os censos e outras estatísticas de alcance nacionais, além de inventários post mortem, atas da câmara e notícias nos jornais locais.

### **Palavras-chave**

Escravidão; Modernização; Eletricidade; Juiz de Fora; Brasil Império;

### **Área Temática**

3. HISTÓRIA ECONÔMICA, DO PENSAMENTO ECONÔMICO E DEMOGRAFIA HISTÓRICA

## 1. Notícias da Luz elétrica em Juiz de Fora

Em um dos primeiros livros sobre a História de Juiz de Fora o seu autor, Paulino de Oliveira, escreveu que na década de 1880 “nada mais importante ocorreu em Juiz de Fora, no período a que se refere este capítulo, do que a inauguração da luz elétrica”.<sup>1</sup> De fato, a inauguração da iluminação pública de origem elétrica em 21 de agosto de 1889 incluiu o município no seletivo grupo de cidades no país e no mundo que possuía usinas elétricas.

Desde a invenção do sistema de iluminação elétrica 10 anos antes por Thomas Alva Edison, nos EUA, o seu uso estava se expandindo rapidamente pelo mundo. Segundo notícia publicada no jornal **O Pharol**, no dia 13 de junho de 1887, cerca de 4 cidades nos EUA já possuíam iluminação elétrica, além de 23 cidades que haviam substituído o antigo sistema de tração animal nos bondes pelo elétrico. A matéria listava ainda as cidades na França que já possuíam fornecimento regular dessa nova fonte de iluminação e destacava que o palácio do Czar Russo era, certamente, “a maior instalação elétrica do mundo” com cerca de “12.000 lâmpadas e 56 focos [spots] para seus parques e jardins”.<sup>2</sup>

Até o ano da inauguração da energia elétrica em Juiz de Fora, em 1889, somente 9 outras cidades no Brasil possuíam usinas e apenas 3 tinham como destinação a iluminação pública.<sup>3</sup> A Companhia Mineira de Eletricidade, criada em Juiz de Fora, tinha a dupla função de iluminar a cidade e fornecer energia para a Fábrica Têxtil Bernardo Mascarenhas – uma das mais modernas indústrias brasileiras fundadas nesse período. Isso reforçava o caráter pioneiro que a cidade tinha como uma das mais modernas do país. Esta modernidade estava ligada às intensas atividades industriais, comerciais e culturais que lhe valeram as alcunhas de *Manchester* e *Barcelona Mineira* – pelo seu pioneirismo econômico – e *Atenas Mineira* – pelo seu avanço cultural.<sup>4</sup>

O principal responsável por esse feito chamava-se Bernardo Mascarenhas que era filho caçula do Major Antônio Gonçalves da Silva Mascarenhas e de Policena Moreira da Silva. Natural de Curvelo, na região central da província de Minas Gerais, era sócio de uma empresa familiar no ramo têxtil, especificamente a fábrica do Cedro, fundada em 1868. Essa fábrica se uniu à fábrica da Cachoeira fundada em 1874, pertencente a outros dois irmãos de Bernardo e, juntas, fabricavam mais de 2 mil metros de tecido por dia no início dos anos de 1880. Desde cedo, sua família esteve ligada à fabricação de tecidos, produzindo panos grossos através de mão de obra escrava em 12 teares manuais sob a supervisão da sua mãe.<sup>5</sup>

Personagem muito estudado pela historiografia regional, Bernardo Mascarenhas não teve educação formal em engenharia mas sempre procurou se especializar e buscar o que havia de mais novo para os empreendimentos que participou. Exemplo disso foram as viagens que fez aos EUA e à Europa, em períodos diferentes, buscando comprar equipamentos para suas fábricas. Sua primeira viagem foi na década de 1860, para os EUA onde permaneceu por 18 meses estudando física e mecânica e comprou ainda equipamentos para a sua fábrica do Cedro. Em 1874, quando de sua viagem à Europa, Bernardo incluiu uma escala nos EUA onde teve o

---

<sup>1</sup> Oliveira, 1966, p. 113.

<sup>2</sup> O Pharol, 13/06/1887.

<sup>3</sup> Eram elas a capital do Império/República, a cidade do Rio de Janeiro, desde 1879; a cidade de Campos dos Goytacazes, também do Rio de Janeiro, em 1883; Diamantina, na província de Minas Gerais, em 1883; Rio Claro, na província de São Paulo, 1884; Santa Rita do Turvo, em 1885; Nova Lima e Sete Lagoas, em 1887 (todas estas em Minas Gerais); Porto Alegre (capital da província do Rio Grande do Sul) também em 1887; Curitiba e Juiz de Fora, no ano de 1889, respectivamente nas antigas províncias do Paraná e Minas Gerais. Dessas, apenas as de Campos, Porto Alegre e Curitiba possuíam iluminação pública de origem elétrica, as demais eram predominantemente para o funcionamento de fábricas têxteis. Jornal O Pharol 13/06/1887.

<sup>4</sup> Marinho, 2012, p. 02.

<sup>5</sup> Botti, 1994, p. 21.

primeiro contato com a eletricidade e a importância desta para o desenvolvimento da indústria têxtil. Desde então, planejava empreender uma usina hidrelétrica que forneceria tração para as suas fábricas.<sup>6</sup>

Quando escolheu Juiz de Fora em 1887 para fixar residência, o industrial Bernardo Mascarenhas tinha dois objetivos muito claros: abrir uma nova tecelagem de grande porte, mais moderna que as fábricas anteriores que possuía com seus irmãos e fornecer iluminação através de energia elétrica para a cidade e para sua fábrica. A partir daí, seu nome se liga ao progresso assistido por Juiz de Fora na segunda metade do século XIX. Nesse período Juiz de Fora era a principal cidade mineira em termos econômicos. A produção cafeeira da região a colocava na condição de “capital” da Zona da Mata mineira, coadunando com a economia brasileira da época que tinha no café seu principal produto de exportação, gerador de renda e riqueza para a economia do país.

Bernardo se sentiu interessado em constituir uma tecelagem em Juiz de Fora por todas as boas condições que ali se encontravam: cidade em pleno desenvolvimento, proximidade da Corte (o Rio de Janeiro), vias de transporte *modernas* e a riqueza gerada pela economia da região.<sup>7</sup> Quando visita a cidade para buscar por em prática seus projetos, toma ciência de que havia uma concessão para fornecimento de iluminação pública para a cidade, através do gás, e inicia o processo de tentativa de compra dessa concessão, já com o intuito de fornecer essa iluminação via energia elétrica. Em 3 de março de 1887 a Câmara Municipal de Juiz de Fora recebe pedido de transferência de concessão para o nome de Bernardo e este se muda em definitivo para a cidade em maio desse mesmo ano.<sup>8</sup>

Em agosto Bernardo comparece à inauguração do sistema de iluminação elétrica da Companhia Industrial Mineira (outra grande fábrica têxtil, já existente na cidade, desde 1885). Logo em seguida, solicita à Câmara modificações no contrato de fornecimento de iluminação pública, entre estas mudanças, a mais importante era a alteração da matriz energética para o sistema elétrico.<sup>9</sup>

Em janeiro de 1888 é fundada a Companhia Mineira de Eletricidade através de uma reunião dos primeiros acionistas. A companhia tinha 150 contos de capital inicial em ações de 100\$000 cada, ou seja, 1.500 ações. Dessas, 400 eram do próprio Bernardo, 453 foram adquiridas por membros de sua família e as demais 647 ações foram rapidamente integralizadas por 30 membros da sociedade juiz-forana, essencialmente os setores ligados à produção cafeeira da região.<sup>10</sup>

Implantada a Companhia Mineira de Eletricidade (CME), Bernardo compra um terreno, que possuía uma cachoeira, próximo à cidade onde instalaria a Usina Marmelo 0 (zero). Os equipamentos foram comprados da empresa norte-americana Westinghouse que os envia acompanhados de dois técnicos.<sup>11</sup> Com o início dos testes de iluminação pública em agosto de 1889, Juiz de Fora se transformou na primeira cidade da América do Sul a ter iluminação pública com energia elétrica fornecida por força hidráulica. Pouco mais de uma semana depois da primeira experiência, Bernardo enviou uma carta à Câmara Municipal de Juiz de Fora em que diz todos os ajustes necessários tinham sido feitos e o sistema estava pronto para começar

---

<sup>6</sup> Idem, p. 13.

<sup>7</sup> Almico, 2001, pp. 37-39.

<sup>8</sup> Botti, op cit. p. 27.

<sup>9</sup> Idem, p. 28.

<sup>10</sup> Idem, carta à família em 1888, p. 28 e lista dos primeiros acionistas, p. 31.

<sup>11</sup> A historiografia local conta que estes dois técnicos não conseguiram resolver o problema da transmissão da energia em corrente alternada sendo que foi o próprio Bernardo Mascarenhas que estudou e resolveu essa questão. Idem, p. 32.

regularmente. Em 5 de setembro de 1888 foi inaugurada oficialmente o fornecimento de luz elétrica na cidade.

A historiografia local assim relatou o fato

A Rua Halfeld, que era a principal, estava cortada em vários pontos por grandes faixas suspensas por galhardetes de coloração variada e que de longe apresentavam aspecto garrido. Às 7 horas da noite, em frente à tecelagem Mascarenhas, onde se aglomerava a multidão de populares, Bernardo ligou a luz e franqueou ao público o estabelecimento inteiramente iluminado. Logo após formou-se um cortejo imenso, tendo à frente a Diretoria da Companhia Mineira de Eletricidade, que percorreu as ruas da cidade, todas iluminadas, enquanto vários fogos de artifício rabisavam no ar.<sup>12</sup>

A Companhia Mineira de Eletricidade operava, inicialmente, com dois grupos de geradores de 125 quilowatts cada, através de duas turbinas hidráulicas que faziam funcionar dois alternadores monofásicos, com tensão de 1.000 volts e frequência de 60 hertz. O sistema de iluminação público no primeiro ano de funcionamento era feito com 180 lâmpadas incandescentes, de 32 velas, a 50 volts. Dois anos depois, mais 700 lâmpadas foram sendo instaladas para uso doméstico. A Companhia seguiria crescendo e, nos anos seguintes, a oferta de energia atingiria também outras fábricas da cidade. Em 1896, a usina Marmelos 0 foi desativada e outras hidrelétricas tomaram seu lugar para melhor aproveitamento do potencial da cachoeira.<sup>13</sup>

Ao mesmo tempo que estava tomando as providências necessárias para a concretização da CME entre os anos de 1887 e 1888, o industrial Bernardo Mascarenhas construiu e inaugurou a Tecelagem que levava o seu nome. Ainda em 1888, em 14 de maio, sua Companhia Têxtil iniciou as atividades em prédio imponente construído próximo ao Rio Paraybuna, com 46 janelas para garantir a boa iluminação do ambiente. A fábrica empregava em sua origem cerca de 200 operários. O fato de conseguir levar dois empreendimentos dessa dimensão ao mesmo tempo demonstra bem o grau de inovação e dos capitais acumulados por nosso personagem.

Quando do seu falecimento em 1899, Bernardo Mascarenhas havia acumulado uma fortuna bastante expressiva para a época, com um monte-mor de 1:165:467\$634 que o colocava como um dos proprietários mais ricos da região. Sua fortuna, entretanto, se diferenciava pelo perfil eminentemente urbano e capitalista conforme veremos mais à frente.<sup>14</sup>

A Usina de Marmelos 0, inaugurada por Bernardo, foi a primeira usina hidrelétrica da América do Sul, mas processos de modernização similares estavam ocorrendo por todo o território brasileiro. Assim, mais importante do que estudar apenas a trajetória de um indivíduo *notável* para seus contemporâneos e por parte da historiografia, o nosso esforço será entender o contexto em que tais transformações estavam ocorrendo por todo o território brasileiro e as raízes profundas do mesmo, conforme tentaremos demonstrar na seção seguinte.

## 2. Modernização como o oposto da escravidão?

Apesar de episódios de modernização como o relatado na seção anterior serem abundantes para várias cidades brasileiras no século XIX e início do XX, para boa parte dos estudiosos sobre a nossa História Econômica a escravidão que o país *herdou* e ampliou ao longo

---

<sup>12</sup> Mascarenhas, 1954. p. 149.

<sup>13</sup> Botti, op cit. p. 49. O termo lâmpadas para uso doméstico se refere a ligação de um ponto de energia dentro de uma residência.

<sup>14</sup> Inventário *post mortem* de Bernardo Mascarenhas, 1899. Arquivo Histórico da Universidade Federal de Juiz de Fora – AHUFJF.

de sua independência foi o fator determinante do atraso estrutural de nossa sociedade. As experiências modernizantes eram vistas por essa historiografia como fatos isolados e geralmente relacionados à atuação de indivíduos notáveis, seja por sua formação, fortuna e/ou caráter empreendedor de motivação capitalista, mas que teriam sido incapazes de tirar o país do atraso legado pelo cativo.

O baixo nível técnico e intelectual da mão de obra originária da escravidão, a ausência de um mercado consumidor significativo (dado pela ausência de ganhos monetários dos escravizados), a falta de incentivo, inventividade e empreendedorismo por grande parte da população, especialmente àquela escravizada – seja pela brutalização e o desprezo às atividades manuais – até a conformação de grupos dominantes, uma *elite política*, marcados pelo atraso, violência e corrupção são alguns dos motivos listados por essa historiografia para explicar o nosso baixo índice de modernização.

As grandes sínteses da História do Brasil a partir dos anos de 1930 popularizaram essa concepção de atraso de nossa economia e culpavam a escravidão. Como não é nosso objeto nesse artigo interpretar a origem dessas ideias de maneira sistemática, basta dizer que intérpretes da nacionalidade brasileira como Gilberto Freyre, Oliveira Vianna, Paulo Prado, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Junior e Celso Furtado destacaram o atraso da nossa economia no século anterior relacionado a uma herança colonial lusitana e manutenção do modelo (de plantation) mesmo após a nossa independência. A combinação de latifúndio, exploração de mão de obra de trabalhadores africanos escravizados produzindo em larga escala e com o objetivo de fornecer matérias primas e alimentos para o mercado internacional, além de uma dependência externa de tecnologia e capitais, seria a grande síntese de nosso atraso.<sup>15</sup>

No contexto de crise da economia capitalista liberal da 1ª metade do século XX (1914 – 1945), tais interpretações entendiam o passado brasileiro como atrasado o que justificava a aceleração do desenvolvimento econômico capitaneado pelo Estado naquele momento. Essa mudança nos padrões do desenvolvimento do capitalismo brasileiro levou esses autores a entenderem o século anterior pelo prisma da carência e ausência de modernidade.<sup>16</sup>

Nessa pesquisa partimos de princípio diferente. Entendemos que a escravidão legou ao Brasil um quadro de desenvolvimento que colocou o país como uma das economias mais modernas durante o *longo século XIX*.<sup>17</sup> A expansão das atividades econômicas dispersas pelo território brasileiro, associada à expansão maciça do número de escravizados via tráfico internacional até a década de 1850, colocou a nossa economia como uma das 10 maiores exportadoras mundiais. A renda gerada por essas atividades exportadoras acabou se desdobrando em um intenso processo modernizante conforme veremos.

O pano de fundo de todas essas transformações era, sem dúvida, a expansão de uma economia capitalista que ocorreu mundialmente no século XIX, transformando de forma arrebatadora a economia-mundo. A partir da Revolução Industrial, os padrões de consumo e o comportamento dos mercados europeus, primeiramente, e dos EUA posteriormente, seriam modificados e passariam a exigir um volume de mercadorias cada vez maior por parte das regiões produtoras como demonstrado nos estudos que abordam as *Commodity Chains*.<sup>18</sup>

Os produtos primários, básicos em uma economia colonial, considerados até então como especiarias de alto valor e consumo restrito aos grupos privilegiados, adquiriram status de

---

<sup>15</sup> Almico, Rita; Saraiva, Luiz Fernando; Formações Econômicas do Brasil (contemporâneo): em busca de um projeto de nação. Revista Brasileira de Administração Política, 2022. 14(1), 38–59.

<sup>16</sup> Bielchovsky, 1995.

<sup>17</sup> Estamos entendendo o *Longo Século XIX* como o período compreendido entre 1780 até 1930.

<sup>18</sup> Joseph e Rosenberg, 2006.

*commodities*, fundamentais para uma economia-mundo que se industrializava e que necessitava de cada vez mais insumos – incluindo alimentos necessários para um proletariado crescente e famélico. Tais casos são notáveis com os produtos tradicionais da antiga economia colonial brasileira como o açúcar, o tabaco e o algodão e, mais significativo ainda, em relação ao café, que se tornou, via oferta brasileira, no alimento energético preferencial para parcelas crescentes das sociedades industriais.<sup>19</sup> Para esse maior volume de produção, maior demanda de mão de obra, o que significava aumentar o número de pessoas escravizadas.

Acompanhando a tabela 1, vemos que o aumento das exportações desses produtos ocorreu, principalmente, a partir de meados do século XIX. Como podemos perceber nos dados, o valor das exportações de praticamente todos os produtos brasileiros subiu de maneira bastante significativa ao longo do período imperial. Devemos chamar a atenção para o fato de que a mudança da natureza de especiaria para *commodity* diminuiu o preço unitário de venda de tais produtos, dado tanto pela concorrência externa, como também pela deterioração dos meios de trocas com as nações industriais. Portanto, o aumento do volume em milhões de libras aponta para o necessário aumento da quantidade exportada desses produtos, uma vez que seus preços tendiam a ser decrescentes. Esse conjunto de atividades exportadoras colocou o Brasil como uma das maiores economias mundiais desde o início de nossa história autônoma.

**Tabela 1: Pauta das Exportações Brasileiras (em milhões de libras)**

Anos	Café	Açúcar	Algodão	Borracha	Couros, Peles	Fumo	Cacau	Outros*	Total
<b>1821-30</b>	7,4	10,7	8,1	0	5,3	1	0,2	5,8	38,5
<b>1831-40</b>	23,9	13,3	5,8	0,2	4,3	1	0,3	5,8	54,6
<b>1841-50</b>	24,3	15	4,2	0,3	4,9	1,1	0,5	6,7	57
<b>1851-60</b>	55,4	20,9	6,2	2,5	7,7	2,8	1,1	10,5	107,1
<b>1861-70</b>	67,1	19,3	28,9	5,4	9	4,6	1,4	16	151,7
<b>1871-80</b>	116,6	24,3	17,3	11,3	10,8	7	2,7	15,4	205,4
<b>1881-90</b>	124	19,5	8,8	15,6	6,4	5,4	3,3	16,5	199,5

Fonte: IBGE, 1988 *apud* Guimarães 1997.

\* O item ‘Outros’ consistia em produtos como erva-mate, diamante, ouro, castanha do Pará, madeiras, farinha de mandioca, aguardente e outros produtos, sobre os quais não se dispões de informações estatísticas confiáveis.

O crescimento espetacular do café não oblitera que todos os demais produtos também tenham apresentado comportamento ascendente. O caso do algodão nos parece peculiar, por ser esse produto voltado para o mercado internacional e, ao mesmo tempo, atender à demanda do mercado interno que cresce e se diversifica cada vez mais, materializada, de um lado pelas pequenas manufaturas e de outro, pelo crescimento do número de fábricas têxteis no Brasil, ainda na primeira metade do século XIX.<sup>20</sup>

Esse crescimento industrial será ainda mais intenso na segunda metade do oitocentos, como tratado por diversos autores conforme veremos mais à frente. Também o fumo teve comportamento semelhante, tendo sua produção voltada para as exportações e ainda o mercado interno, incluindo aí matéria-prima para a produção de tabaco, charutos e cigarrilhas, inicialmente de forma artesanal e, posteriormente, em várias fábricas de charutos que foram fundadas principalmente no Recôncavo da Bahia e em outras províncias.<sup>21</sup>

<sup>19</sup> Conforme já anotado por Cardoso de Mello, 1982.

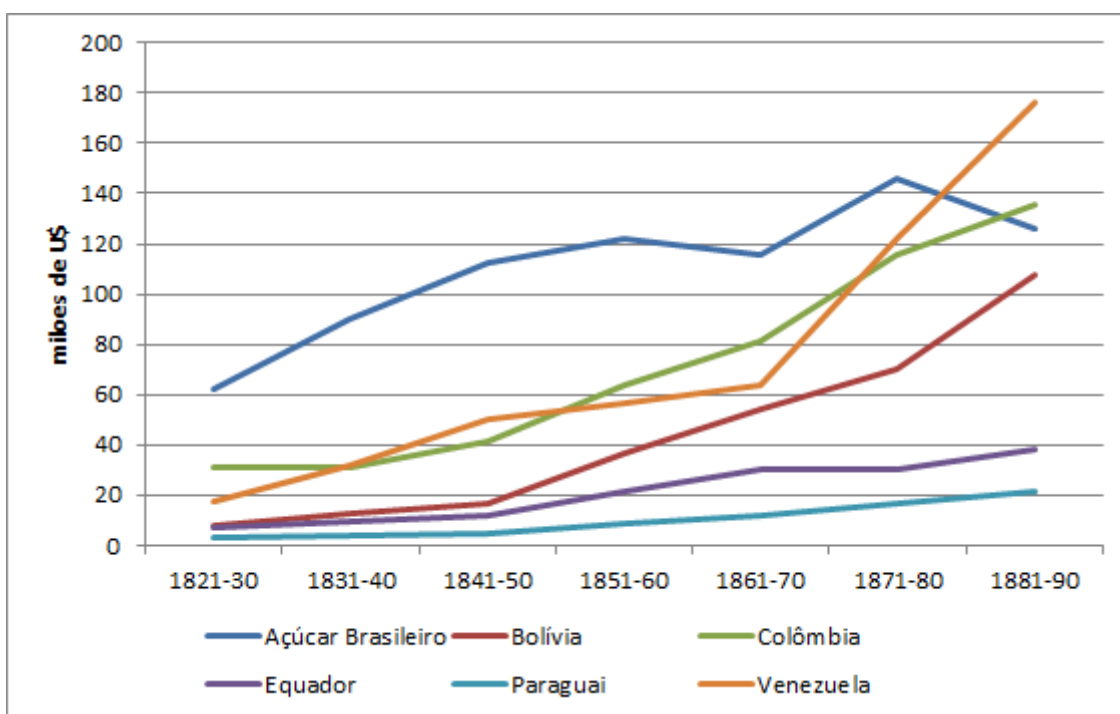
<sup>20</sup> Conforme estudos pioneiros de Libby, 1997 e Oliveira, 1991.

<sup>21</sup> Silva, 2015.

Processo de modernização similar irá ocorrer também com o item couros e peles, mais destacadamente na região sul do país. Por último, a importância da produção açucareira continuou em várias regiões e se manteve como o segundo principal produto de exportação brasileiro. Essa produção, tomada separadamente, correspondia a valores superiores às exportações totais de vários países da América Latina, como pode ser visto no gráfico abaixo.

Ao mesmo tempo essa produção passou por intenso processo de mecanização dos engenhos com a adoção de maquinário complexo como máquinas à vapor, moendas maiores, processos químicos para o refino do açúcar e até mesmo pela construção de Engenhos Centrais que deram origem as Usinas de Cana de Açúcar de dimensões e operações ainda maiores.<sup>22</sup>

**Gráfico I: Exportações brasileiras de açúcar e exportações totais de Bolívia, Equador, Colômbia, Paraguai e Venezuela – 1821/1890 (em milhões de U\$)**



Fonte: Elaboração a partir de Federico e Tena Junguito, 2018.

A partir do panorama exposto buscamos relacionar a dispersão da propriedade escrava pelo território brasileiro na segunda metade do século XIX com os processos de modernizações regionais. As diversas regiões que atravessaram algum grau de desenvolvimento foram justamente aquelas em que havia maior concentração de mão de obra escrava e pelo menos um produto principal voltado para a exportação. Tomamos como ponto de partida de nossas análises o **Recenseamento Geral do Império do Brasil de 1872** que nos possibilitou confeccionar os mapas que apresentamos neste texto.

Através do método *proxy*, agregamos o percentual dos escravos para o conjunto da população dos 642 municípios existentes no período. Posteriormente, sobrepusemos a essa imagem três processos distintos de modernização que ocorreram no país na segunda metade do *longo século XIX*, a saber: 1) a expansão das indústrias têxteis até 1900; 2) a criação de bancos

<sup>22</sup> Eisenberg, 1977.

no Império do Brasil de 1808 até 1880; e, 3) o surgimento e expansão de usinas elétricas da década de 1870 até 1920.<sup>23</sup>

Obviamente outros processos de modernização como sistemas de transportes (ferrovias, cias. de navegação, estradas de rodagem, sistemas de transporte urbanos – como bondes); comunicação em um sentido amplo (correios, telégrafos, telefone, tipografias, jornais, revistas, etc.); manufaturas em geral (e não somente indústrias têxteis); propriedade intelectual (registro de patentes e marcas), poderiam ser levantados aqui. No entanto, dado aos limites de espaço do presente trabalho, entendemos que as escolhas dos três processos de modernização são suficientes para demonstrar o ponto central da pesquisa.

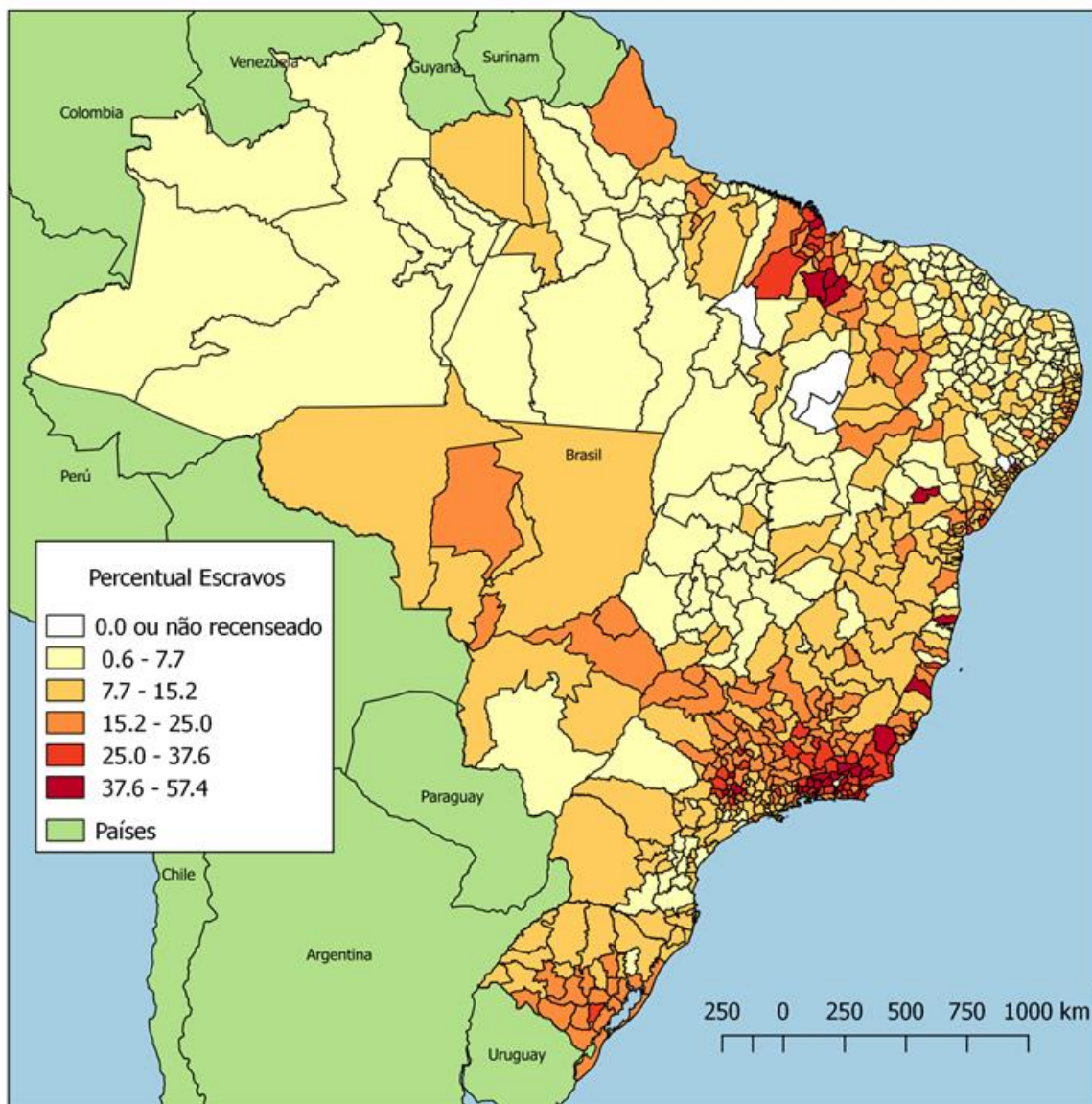
A importância de uma economia agroexportadora de base escravista pode ser visualizada na imagem 1 onde buscamos as primeiras conexões entre a escravidão e a modernização que ocorreu no Brasil do século XIX. Entendemos que esta imagem, mais do que ilustrar a força e a persistência da escravidão para a nossa sociedade impõe, ainda, um conjunto de reflexões para a diversidade regional do país, ou seja, a necessidade de se estudar os complexos agroexportadores que tiveram significativo desenvolvimento ao longo do XIX.

**Figura 1: Proporção da população escrava nos dados do recenseamento geral do Império do Brasil – 1872 (por municípios)**

---

<sup>23</sup> Os dados sobre as indústrias têxteis foram tirados de Suzigan (1986) e complementados com informações de outras fontes secundárias; os dados dos bancos foram feitos a partir de Mello (2008) e a geração de energia elétrica partiu do Censo Industrial de 1920.





Fonte: elaboração própria a partir dos dados do Recenseamento Geral do Império do Brasil, 1872, IBGE.

Grande parte dos estudos sobre a História Econômica do Brasil refere-se, direta ou indiretamente, à produção cafeeira certamente pela sua óbvia importância para nossa economia (62% das exportações na década de 1880, conforme os dados da tabela 1). Porém, abordar as demais regiões em perspectiva comparativa pode nos ajudar a perceber a diversidade e os encaminhamentos possíveis para a compreensão dos diversos processos de desenvolvimento econômicos regionais. Para além do binômio “o café é o negro”, como salientado por Robert Conrad, poderíamos acrescentar “o açúcar, o algodão, o fumo e outros também são o negro”.<sup>24</sup>

A adesão nacional à escravidão está explícita no mapa dos 642 municípios listados no censo de 1872. Desses, 635 apresentaram presença de mão de obra escrava e os cinco restantes não foram recenseados, o que nos permite afirmar que a utilização da mão de obra escravizada ocorria em todas as vilas e cidades do Império do Brasil, com uma média geral de 13,94% de

<sup>24</sup> Em relação ao aumento dos discursos e do crescimento do abolicionismo no Parlamento Brasileiro, Robert Conrad já havia sugerido, por exemplo, que a diminuição da presença escrava em regiões como o Nordeste Açucareiro fez com que importantes bancadas abandonassem a defesa da escravidão em momentos cruciais da campanha abolicionista, cf. Conrad, 1978.

escravos em relação à população livre. Apesar de serem dados iniciais, percebemos também que as grandes concentrações escravas (acima de 25% da população total) ocorreram em todas as regiões do país onde existiram complexos agroexportadores como algodão, açúcar, tabaco, couro e o café.<sup>25</sup>

Esses outros complexos e mesmo as regiões cafeeiras devem ser estudadas a partir dos desdobramentos que a entrada maciça de escravos e a sua presença provocaram em termos de desenvolvimento econômico. Podemos entender que a escravidão no século XIX se relaciona diretamente à modernização capitalista que estava em curso em nível mundial. Aqui não se trata apenas de relacionar o desenvolvimento de máquinas, técnicas agrícolas e aperfeiçoamento dos sistemas de transportes como formas de um melhor aproveitamento da mão-de-obra cativa como visto em diversos autores.<sup>26</sup>

O ponto central que estamos defendendo é o de entender que a escravidão no século XIX se deu nos quadros de um crescimento capitalista industrial e que, portanto, no desenvolvimento de regiões escravistas irá ocorrer, necessariamente, um processo de modernização capitalista ligado ao que Wilson Cano denominou como *Complexo Agroexportador*. Isso pode ser entendido de muitas formas, mas basicamente é um encadeamento da riqueza produzida em um setor *base* para outros setores das economias locais.<sup>27</sup>

Mais do que simplesmente superar a dicotomia campo *versus* cidade ou lavoura *versus* indústria que durante algum tempo dominou parte da historiografia brasileira, é preciso entender a relação entre o crescimento do campo (via mão de obra escrava) e o impacto que isso trará para as cidades (também habitadas por um significativo número de cativos). Em outros termos, trata-se de entender as raízes escravas do processo de industrialização/modernização/urbanização/financeirização no país. O surgimento de industriais diversas, de empresas de transportes, comunicação, serviços em geral, melhoria de portos, reformas urbanas e os diversos bancos fundados pelo país nos interessam quando entendemos essas transformações com raízes fincadas na exploração da mão de obra escrava e na renda gerada por ela.

A despeito do incremento da economia agroexportadora com a chegada da Corte em 1808 ter se constituído no principal pilar da nossa economia, diversos historiadores já mencionaram que o período joanino também foi pródigo em apoiar atividades manufatureiras e industriais, até mesmo para adequar a antiga colônia às necessidades de uma ‘Corte tropical’. A atuação de D. João VI promoveu o incentivo do desenvolvimento de indústrias, concedeu Alvarás e Cartas Régias que propiciaram isenções fiscais, privilégios e mesmo loterias para os empreendimentos nascentes.<sup>28</sup>

Obviamente, os interesses fiscais e ainda da lavoura fizeram os governos subsequentes tomarem outras medidas que nem sempre foram favoráveis ao setor industrial, medidas livre-cambistas conviveram com proteções intencionais ou não, como no caso da tarifa Alves Branco, de 1844, que, ao aumentar os impostos de importação ofereceram, mesmo que como efeito secundário, certa proteção aos empreendimentos nascentes no país. Também as constantes desvalorizações cambiais que ocorreram durante o século XIX acabaram por estimular a

---

<sup>25</sup> Entendemos ainda que os dados do Recenseamento Geral do Império de 1872 são passíveis de críticas e falhas, ademais já apontadas pela historiografia, cf. por exemplo, Puntoni, 2004 e Botelho, 2008. Por exemplo, diversas paróquias não foram recenseadas – como foi o caso em Juiz de Fora – e o subregistro parece ter sido a norma na maioria dos casos. De todo modo, esse recenseamento segue sendo a melhor, quando não a única fonte de informação de dados agregados de nossa população no século XIX.

<sup>26</sup> de Emília Viotti, 1999 a Salles, 2008.

<sup>27</sup> Cano, 1998, estamos utilizando o conceito de *Complexo Agroexportador* em um sentido diferente do pensado inicialmente pelo autor.

<sup>28</sup> Luz, 1960.

produção interna de determinados gêneros que ficaram mais caros pela perda do valor da moeda nacional.<sup>29</sup>

De todo modo, já é relativamente conhecido que a série de medidas tomadas pela Coroa portuguesa transplantada para a América transformou o espaço colonial, particularmente a cidade do Rio de Janeiro. A cidade assistiu, ainda nesse período, significativo desenvolvimento industrial relacionado aos interesses do Estado (fábrica de pólvora, ferro e construção naval, navegação etc.), modernização da lavoura (jardins botânicos, engenhos a vapor etc.) e melhor aproveitamento dos recursos dos *produtos da terra* (madeiras, fabricação de papel, extração de raízes – como a Ipecacuanha ou Poaia, etc.).<sup>30</sup>

Também a aparente incapacidade do trabalhador escravizado em atuar nas fábricas ou em atividades mais complexas tem sido sistematicamente questionada por diversos estudos. Em várias fábricas, estaleiros, oficinas e arsenais encontramos mestres, artífices e operários na condição de escravizados, particularmente nos casos da pesca da baleia, na fabricação de ferro e ainda na construção naval. Nesse mesmo sentido, novos estudos têm recuado à origem das indústrias do ferro e à têxtil para o período do declínio da mineração aurífera, no século XVIII, inclusive com intensa participação do trabalhador escravizado.<sup>31</sup>

De todas essas atividades fabris, os têxteis possuem uma importância ímpar, não só porque foi o setor revolucionário por excelência nos dizeres de Eric Hobsbawn, mas também porque no Brasil se relacionava a um dos produtos de exportação mais importantes, o algodão, como visto. O crescimento das indústrias têxteis no Brasil ao longo do século XIX é tão significativo que, quando a relacionamos com os dados da escravidão, conforme a imagem a seguir, a ligação entre os dois dados fica bem evidente.

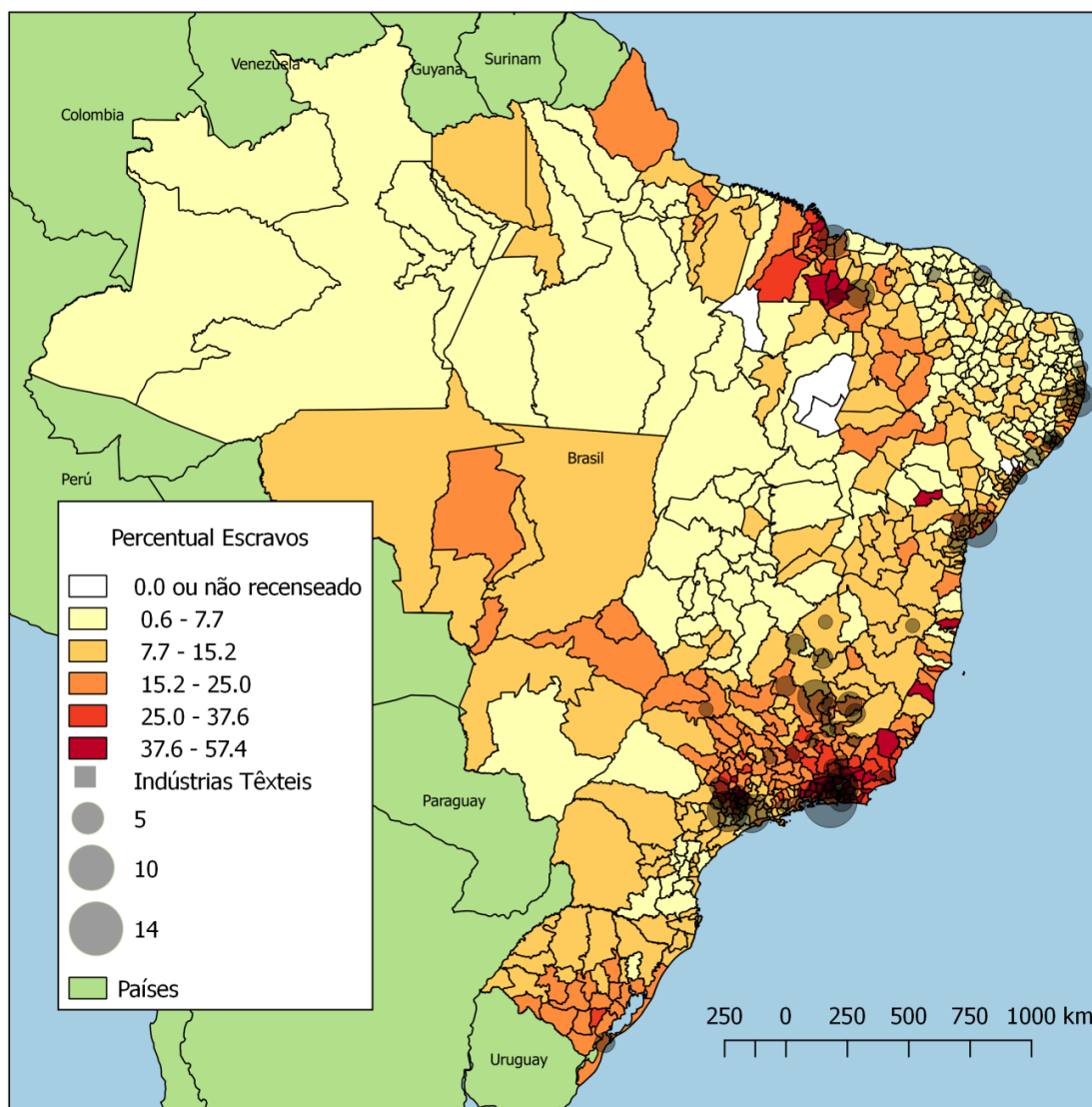
## **Imagem 2: Principais Indústrias Têxteis fundadas no Brasil no século XIX**

---

<sup>29</sup> Canabrava, 2005. Sobre as diversas tarifas alfandegárias após 1844 temos 1857 – tarifa Souza Franco, 1860 – tarifa Silva Ferraz, 1869 – tarifa Itaboraí, 1870/71, 74 – A tarifa Alves Branco, 1878, 1879, 1880 – tarifa Assis Figueiredo, 1881 – tarifa Saraiva, 1887 – tarifa Belisário Souza e 1888 – tarifa João Alfredo para mais detalhes cf. Sampaio 1975, pp. 23 – 27.

<sup>30</sup> Oliveira, 2001.

<sup>31</sup> O estudo de Beauclair sugere ainda que, até meados do século XIX, a indústria brasileira passou por modernização e desenvolvimento similar ao que ocorria nos demais países europeus, ou seja, sem grandes defasagens tecnológicas como se deu na 2ª metade do mesmo século. A associação entre a modernização de nossa economia ligada à grande abundância de produtos tropicais, ou uma ‘vocação natural’ do país, aparentemente, se tornou uma máxima em nosso desenvolvimento. Trabalhos de Teresa Cribelli, por exemplo, demonstram como a participação nacional nas feiras e exposições internacionais – particularmente a da Filadélfia em 1876 – foi marcada pela valorização dos produtos naturais – como madeira, peles, frutos e raízes e, no processamento (melhoramento) dos mesmos, Cribelli, 2009. É significativo notarmos ainda que, no censo industrial de 1920, o ministério da agricultura anotava como Cultura de Plantas Industriais e outras espécies arbustivas e arbóreas (...), a produção de cana de açúcar, fumo, algodão, mamona, café, cacau, coco, maniçoba, dentre outras. Outros autores já haviam abordado a modernização da economia brasileira, particularmente fluminense, provocada ou induzida pela escravidão, como Chaiban, 1982 e Soares, 2003.



Fonte: Recenseamento Geral do Império do Brasil, 1872, IBGE e Suzigan (2000).

Conforme a imagem acima, verificamos que a quase totalidade das indústrias têxteis do século XIX foram fundadas em regiões de grande concentração escravista. Os dados apontam que, das 130 fábricas identificadas, mais de 63% (ou 82 estabelecimentos) se localizavam em municípios com uma proporção de escravos nos quartis superiores (acima de 15% do total da população). A média da população escravizada em relação à livre nos municípios que possuíam esse tipo de indústrias era de 18,86%.

A tradição manufatureira do algodão que remontava o período colonial, bem como a rápida expansão da tecnologia industrial inglesa, já nas primeiras décadas do século XIX, explicam como parte dos capitais gerados pela agroexportação foi canalizado para atividades industriais. Novamente, Eric Hobsbawn nos lembra que, a partir de meados do século XIX, o principal negócio da Revolução Industrial inglesa foi exportar a própria revolução, via maquinário e tecnologia.

Segundo Wilson Suzigan, a primeira fábrica *moderna* fundada no Brasil foi a de **Santo Antônio do Queimado**, em Salvador, ainda no ano de 1834 e, até 1870, outras 15 fábricas foram criadas nas províncias da Bahia (mais 6), Rio de Janeiro (3), São Paulo (3), Minas Gerais (2) e Alagoas (1).

A ligação dessas primeiras indústrias com a escravidão possui um componente adicional que foi a atividade do tráfico legal (até 1831) e ilegal de escravos (até 1850). Parte significativa dessas primeiras fábricas foi fundada por comerciantes envolvidos, direta ou indiretamente, em atividades ligadas ao comércio de escravos. Tal se deu com a fábrica de **Santo Antônio do Queimado** de propriedade da casa Monteiro, Espinheiro e Cia que era ativa na compra e venda de escravos em Salvador. Em 1844, foi fundada na cidade de Valença (Bahia) a fábrica de tecidos **Todos os Santos**, por Antônio Pedroso de Albuquerque, um dos maiores traficantes ilegais de escravos da província.<sup>32</sup>

Ao mesmo tempo, as maiores concentrações de indústrias têxteis se deram em municípios que eram grandes centros urbanos e capitais de províncias e que, portanto, não estavam diretamente engajados na produção agroexportadora, mas sim nas etapas intermediárias como o financiamento, comercialização e afins, além de possuírem significativa população livre. O município neutro assistiu a fundação de 14 fábricas ao longo do período e possuía, em 1872, 17,79% de cativos em sua população geral. As cidades de Salvador e São Paulo tiveram, cada uma, 7 fábricas têxteis fundadas até 1900 e possuíam 12,75% e 12,19% de população cativa, respectivamente. Também as cidades do Recife (6 fábricas e 12,79% de cativos) e São Luís do Maranhão (5 fábricas e 22,23% de cativos) faziam parte das capitais que tiveram um número expressivo de fábricas.

Como capitais de província (e do Império, no caso do Rio de Janeiro) essas cidades centralizavam boa parte do capital originário da exportação (vale dizer do trabalho escravo) e ainda a maior parte dos bancos e estabelecimentos comerciais. A disponibilidade de mão de obra abundante nesses locais parece ter sido outro fator determinante, sendo que vários destes estabelecimentos operaram com trabalho escravo em várias etapas da produção.

A maior concentração das fábricas têxteis se deu na província de Minas Gerais, que já havia concentrado importante manufatura algodoeira, desde o século XVIII, ou uma proto indústria na concepção de Douglas Libby. Tais dados reforçam a trajetória de Bernardo Mascarenhas, conforme visto na seção anterior. A experiência de sua família com o setor de tecelagem remonta aos seus pais que produziam tecido em 12 teares mecânicos com o uso de mão de obra escrava. Posteriormente, ele e seus irmãos tornaram-se proprietários de duas das maiores fábricas da província e, por último, no final do século, Bernardo Mascarenhas inaugurou uma tecelagem em Juiz de Fora que estava entre as maiores e mais modernas fábricas de tecido do país, conforme já vimos.

Outro ponto muito importante para estudarmos o transbordamento do capital originário da escravidão para atividades ditas modernas é o desenvolvimento de sistemas financeiros. Na imagem 3 podemos perceber a dispersão dos bancos fundados no Brasil entre 1808 até 1880. A imagem não traz dados dos capitais envolvidos na criação destas instituições, tão somente a quantidade de bancos criados.

Por tradição herdada da colonização portuguesa, o Brasil não possuiu um número expressivo de Bancos, se comparado a outros sistemas coloniais como a América Inglesa ou Espanhola. A atividade bancária no Brasil, de fato, somente se iniciou a partir da vinda da família real, em 1808, com a criação do Banco do Brasil no Rio de Janeiro. Até a década de 1830 somente mais três estabelecimentos bancários foram criados nas províncias da Bahia, Pernambuco e do Maranhão. Como já trabalhado por diversos autores, essa ausência de bancos não significava uma ausência de créditos e financiamentos, ao contrário, estimulava esse tipo

---

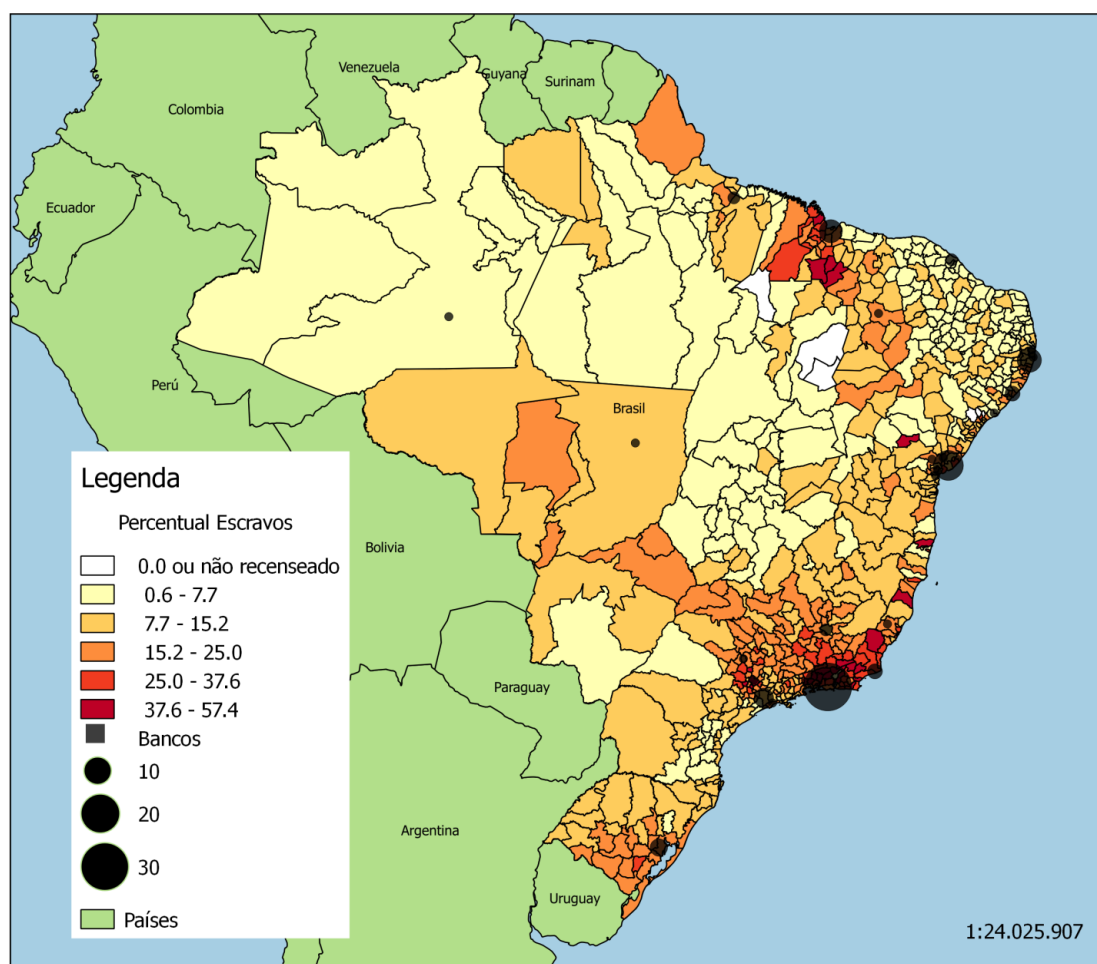
<sup>32</sup> Almico, Baiardi e Saraiva, 2007; Santos, 2018.

de atividade que estava disseminada em amplos extratos da população dos grandes centros urbanos.<sup>33</sup>

Justamente pela existência de amplos canais de crédito pessoal, o desenvolvimento de bancos é um poderoso indicativo do *transbordamento* do capital ligado à agroexportação para atividades urbanas e mercantis. A maioria dos bancos brasileiros teve a sua origem nesses extratos e poucas foram as instituições bancárias brasileiras que, no século XIX até as primeiras décadas do XX, se dedicaram ao financiamento industrial e/ou rural. Mesmo assim, a maioria dos estudos que relacionaram o crédito bancário à agricultura destaca que o *ativo* escravo, sempre foi um dos elementos centrais na cessão de empréstimos e nas garantias dadas aos credores, até mesmo na década de 1880 quando a escravidão já estava em seu período final.

De todo modo, as dificuldades de se montar um banco nesse período eram tão grandes – vinculado as exigências legais e ainda a aceitação pela *praça* – que, a simples existência destas instituições são muito representativas do *poderio* econômico das regiões envolvidas.

**Imagem 3: Bancos fundados no Brasil 1808 – 1880**



Fonte: Recenseamento Geral do Império do Brasil, 1872, IBGE.

Conforme a imagem, vemos que, além de um número significativo de bancos terem sido fundados até 1880, estas instituições também se concentraram nas principais regiões escravistas

<sup>33</sup> Almico, 2015.



brasileiras. Entre 1808 até 1880 assistimos à fundação de 92 bancos em 25 cidades e, mais da metade desses bancos (55) foram fundados em cidades com populações escravas superiores à 15% da população total. O papel único que o Rio de Janeiro exerceu no Império brasileiro fica claro com 30 (ou 32,60%) dos bancos criados no período. As demais cidades que tiveram um número alto de bancos fundados foram Salvador (12), Recife (8), São Luiz (7), São Paulo (5), Porto Alegre (4) e Campos e Maceió com 3 bancos cada.

A cidade de Campos dos Goytacazes, na província do Rio de Janeiro, é uma exceção à grande concentração de bancos nas capitais das províncias. Esse município era um dos maiores produtores de açúcar do país e possuía uma população escrava de 32% em relação a população total segundo os dados do censo de 1872. O fato de três instituições financeiras terem sido criadas na cidade, que não era capital da província, demonstra a capacidade de acumulação que o trabalho escravo propiciou, conforme assistimos em outras regiões do país. Entre estas três instituições fundadas na cidade, uma delas era a Caixa Econômica da Cidade de Campos, que recebia em seus depósitos poupança escrava.

Esta última informação nos ajuda a ver que a participação dos cativos no *sistema* bancário brasileiro não se resumia somente à condição de ativo econômico, ou seja, parte da riqueza com as quais os bancos trabalhavam. Existem diversas evidências de que em várias regiões do império os escravizados acumularam economias, incluso depositando seu dinheiro em Caixas Econômicas, Bancos e Casas Bancárias com depósitos de pequenas quantias que recebiam dinheiro das camadas populares, incluindo os cativos desde que com a autorização de seus donos.<sup>34</sup>

A província de Minas Gerais não possuía instituição bancária até a década de 1880 – à exceção da Caixa Econômica de Ouro Preto, fundada em 1838, e que teve trajetória bastante atribulada. Os dois primeiros bancos fundados na província tinham sede e a maior parte de seus capitais na cidade de Juiz de Fora. Em 1887, mesmo ano que Bernardo Mascarenhas se instala na cidade, foi fundado o Banco Territorial e Mercantil de Minas (BTMM) e, dois anos depois, em 1889, o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (BCRMG) do qual o próprio Bernardo se tornou acionista, conforme veremos na seção seguinte.

Por fim, para reforçar os processos de modernização que estavam em curso no país ainda no século XIX e que irão se estender no XX, apresentamos a imagem abaixo (4) que demonstra a dispersão das usinas elétricas no Brasil a partir da primeira experiência com energia elétrica, em 1879, na Corte. Até 1888, mais 11 usinas foram instaladas em várias cidades brasileiras. Ao final do século, outras 12 tinham sido inauguradas e, daí por diante, seu número foi crescendo exponencialmente até 1920, onde terminamos nossa análise.

Na imagem estão representadas as 108 usinas elétricas existentes entre 1879 e 1920, em cerca de 70 cidades que obtiveram esse tipo de instalação. Chamamos ainda a atenção que os realizadores do Censo de 1920 afirmaram que só estavam assinalando as usinas com capacidade acima de 1.000 HP (Horsepower), o que significa que existiam ainda mais usinas elétricas de menor porte em outras cidades.

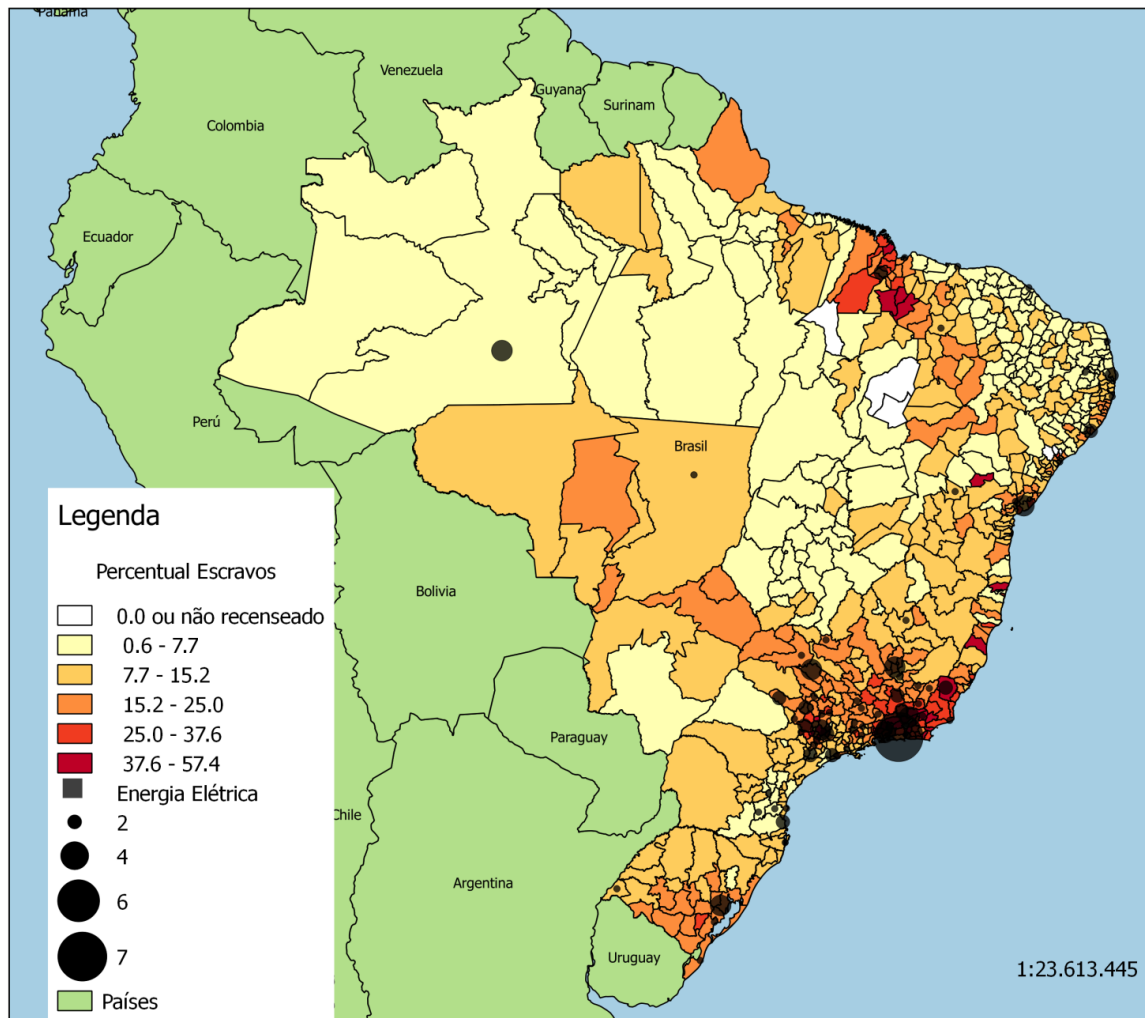
Das 88 usinas que obtivemos informação sobre a sua potência (ou 81% do total), vemos que estas produziam um total de 458.812 HP valor muito superior ao da primeira hidrelétrica pública – a Usina Piloto da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF) –, em 1949, que gerava 2.680,96 HP ou 2.000 KW (quilowatt) ou a usina Paulo Afonso I, da mesma Chesf que gerava 241.383,96 HP ou 180 MW (megawatt), isso em 1954, já em pleno processo nacional desenvolvimentista.

---

<sup>34</sup> Saraiva e Alvarenga, 2018.

Do total das 108 usinas apresentadas, 64% (70 usinas) estavam instaladas em municípios que, em 1872, possuíam mais de 15% de população escrava. Ainda em relação ao grande perfil das usinas elétricas, 78 eram hidrelétricas o que já confirmava o grande potencial de utilização dos rios brasileiros desde o final do século XIX.

**Imagem 4: Usinas Elétricas no Brasil (1879-1920)**



Fonte: Recenseamento Geral do Império do Brasil, 1872, IBGE e Censo Industrial de 1920.

### 3. Juiz de Fora: da escravidão à Energia Elétrica

Como a maioria dos municípios modernos que estamos identificando, Juiz de Fora se encaixa muito bem no perfil destas cidades que existiram no país no século XIX. Como a nossa intenção é relacionar a escravidão às origens de um processo de modernização capitalista, passaremos a detalhar um pouco melhor a sua evolução.

Sua fundação, em 1853, e todo seu desenvolvimento posterior estiveram vinculados ao binômio café e escravidão. Sua população cresceu 327% em pouco menos de meio século, conforme se pode ver nos dados da tabela 2. A cidade tinha em 1872 uma proporção de cativos de 37,47% do total de sua população – isso excluindo o fato de que uma de suas paróquias, a



de Nossa Senhora da Glória de São Pedro de Alcântara, importante distrito cafeeiro, não foi recenseado, o que aumentaria a população total e, certamente, a média da população escrava.

**Tabela 2: Evolução da população de Juiz de Fora, 1855 – 1900**

Censo	Escravos	Escravas	Homens livres	Mulheres Livres	Total
1855	10.700	5.728	5.515	5.849	27.792
1872	8.156	6.212	13.721	10.247	38.336
1890	-	-	40.355	33.781	74.136
1900	-	-	49.149	41.970	91.119

Fonte: Machado, 2018.

A produção de café na cidade e região transformou a Zona Mata mineira na segunda maior produtora do país durante grande parte do século XIX e início do XX, atrás somente do Rio de Janeiro até os anos de 1880 e de São Paulo nas décadas seguintes. As exportações da região apresentavam volumes absolutos superiores a produção de países como a Colômbia e a Venezuela e, entre os anos de 1853 e 1897, 14,40% da produção total de café da América Latina.<sup>35</sup>

A economia agroexportadora regional se desdobrou em diversas atividades, com um crescimento significativo de indústrias, sistema de transporte e comunicações, bancos, energia elétrica e outros. Sobre esse parque industrial um dos seus primeiros historiadores assim definia a cidade em 1901.

É a cidade mineira produtora por excelência e a que mais exporta, - desde o tecido superior de suas fábricas, até (...) o dinheiro, que o Banco de Crédito Real espalha pelo estado, em proveitosos auxílios à lavoura e às demais indústrias. (...) A Cia. Mineira de Eletricidade - fundada em 1887 por Bernardo Mascarenhas - explora a eletricidade sob todas as suas formas em duas turbinas, tipo Stilwell Bierce, cada uma da força de 500 cavalos. (...) Fábrica de tecidos de Mariano Procópio - propriedade da Cia. de Fiação e Tecelagem Industrial Mineira - data de 1883; é talvez, a maior de Minas, produzindo 6.000 metros de magnífico tecido, diariamente. A matéria-prima empregada é toda nacional, sendo o fio preparado e tinto na própria fábrica. É seguramente, uma das mais importantes do país. Tecelagem Mascarenhas (...) criada em 1887, dá trabalho a cerca de 200 operários, com maquinários movidos a eletricidade. (...) Mecânica Mineira - o mais importante estabelecimento mecânico do estado mineiro. Fabrica principalmente, máquinas para a lavoura, veículos de transporte, vagões e vagonetes. (...) Construtora Mineira, (...) devendo-se a ela a edificação dos melhores e mais belos edifícios de Juiz de Fora. (...) Fábrica de móveis de 1878 (...) de meias, de Antônio Meurer, começou a funcionar em 1899. (...) A fábrica de pregos São Nicolau, de proprietários alemães, uma das mais importantes da cidade.<sup>36</sup>

O dinamismo da cidade e região pode ser visto também pelo desenvolvimento de um sistema de transportes altamente sofisticado para os padrões da época. Se o antigo Caminho Novo, que ligava o Rio de Janeiro às minas de ouro, no século XVIII, era pouco mais que uma

<sup>35</sup> Saraiva, 2008, p. 256 (tabela IV).

<sup>36</sup> Valadares, 1901, pp. 1-12.

picada de burros, nos dizeres da época, desde o início do século XIX essa ligação se ampliou e se modernizou. Primeiro com a construção da Estrada do Paraibuna, na década de 1820, maior e mais importante que o Caminho Novo e construída pelo engenheiro alemão Guilherme Halfeld com ampla utilização de mão de obra escrava como era comum à época.<sup>37</sup>

Na década de 1860, Mariano Procópio Ferreira Lage constrói a União & Indústria, primeira estrada de rodagem do país para facilitar o escoamento da produção cafeeira da região para o porto do Rio de Janeiro<sup>38</sup>. A expansão ferroviária chegou rapidamente na Mata mineira, competindo com a própria União & Indústria e melhorando ainda mais o escoamento de safras crescentes de café, além de introduzir mercadorias, pessoas e ideias em ritmos cada vez maiores na cidade e região.<sup>39</sup>

Juiz de Fora era ainda a maior cidade de Minas Gerais segundo o volume de correspondência transportada pelos correios no último quartil do século, mesma época da introdução do sistema de telefonia na cidade (1883). A cidade possuía também uma imprensa local composta por vários jornais e publicações diversas, tendo sido sede da primeira Associação Comercial Mineira (1896) e da Academia Mineira de Letras (1909).<sup>40</sup>

Outro aspecto que se apresenta em nossa análise sobre as características gerais de Juiz de Fora é aquele relacionado ao sistema financeiro. Diversos estudos já demonstraram como, à despeito da não existência de bancos na cidade, existia uma oferta relativamente ampla de crédito na mão de particulares, inclusive com grande alcance territorial. Essa existência de pessoas com grandes cabedais fez com que diversos empreendimentos (como Estradas de Ferro, por exemplo) fossem lançados na cidade atraindo investidores e centralizando capitais. Corolário disso foi a criação de dois bancos na cidade, na década de 1880, como também já mencionado.<sup>41</sup>

Certamente estes fatores influíram decisivamente na escolha que fez Bernardo Mascarenhas ao instalar em Juiz de Fora os seus empreendimentos ao invés da cidade de Barbacena que, através da Câmara Municipal, havia tentado atrair o empresário para a cidade. Já vimos em seção anterior que a CME conseguiu rapidamente vender suas ações ao capital essencialmente local. Entre os primeiros acionistas 40% eram fazendeiros em uma cidade onde mais de 90% das unidades cafeeiras possuíam escravos, o que corrobora a vinculação desse empreendimento ao capital escravista. Nos anos seguintes a CME expandiu suas atividades, ampliou a produção de energia elétrica e aumentou os seus capitais. Seus sucessos e percalços não são o objetivo deste trabalho, mas a sua trajetória ascendente durante grande parte do século XX mostram a sua importância e o pioneirismo de seu criador.

Depois de 10 anos da fundação da fábrica e da companhia, no dia 09 de outubro de 1899, faleceu Bernardo Mascarenhas, aos 52 anos de idade, na cidade que havia escolhido para morar e investir. Quatorze dias depois, sua mulher, Amélia Guimarães Mascarenhas, deu entrada no inventário dos bens do casal. Por esse documento percebemos que a sua fortuna tinha um perfil essencialmente urbano, totalizando 1:165:467\$634 conforme já visto.<sup>42</sup>

---

<sup>37</sup> Lessa, 1985.

<sup>38</sup> Ele também, sintomaticamente, um expert em tecnologia sem formação superior como Bernardo Mascarenhas.

<sup>39</sup> Em outra característica bem específica de uma sociedade escravista, na década de 1860 o discurso abolicionista condicionava esses empreendimentos ao compromisso de que não utilizariam mão de obra escrava. No caso, tanto a Cia União & Indústria como a estrada de Ferro D. Pedro II não possuíam escravos entre os seus ativos, porém, muito da sua construção e manutenção eram feitas por empreitadas terceirizadas que utilizavam turmas de escravos de aluguel, sobre isso Cf. Lamas, 2011.

<sup>40</sup> Sobre o sistema de correios ver Rodarte, 2004 e Goldfeder, 2022; sobre a telefonia Goodwin Júnior, 2015.

<sup>41</sup> Almico, 2015.

<sup>42</sup> Inventário de número 1567, ano de 1899, sob a custódia do AHUFJF.

Os principais ativos eram as ações e títulos que totalizavam 325:770\$500 (27,95% do total da fortuna) da Cia. de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, Cia. Estrada de Ferro Leopoldina, Cia. Tecidos de Juta, Banco de Crédito Territorial de Minas Gerais, Cia. Mineira de Eletricidade e Cia. Construtora Mineira, demonstrando a existência de um expressivo *portfólio* de empresas locais, fruto do dinamismo da cidade. Suas dívidas ativas representavam 23,40% do total de sua riqueza, sendo de natureza diversa, com vários devedores da fábrica e da usina.

Em matéria-prima (fios) e mercadorias prontas, Bernardo possuía 267:951\$388 (22,99%). Os maquinários da fábrica e os bens de raiz (imóvel da fábrica e a cachoeira onde a energia era gerada) valiam 168:000\$000 ou 14% do total de seu Monte Mor. Em suma, 88,75% de sua riqueza estava ligada a empreendimentos financeiros ou industriais, além da Companhia Mineira de Eletricidade.

Sua riqueza era bastante representativa se comparada com as fortunas das pessoas da classe abastada de Juiz de Fora naquele período. Também fica evidente a vida que o inventariado construiu até ali, com investimentos no setor têxtil, elétrico, de transporte, bancário e outras companhias de perfis variados. Essa característica da fortuna de Bernardo mostra o empreendedor, filho da região central da província de Minas Gerais, que se estabeleceu em Juiz de Fora no final da década de 1880 e teve papel importante no processo de modernização que a cidade mineira sofreu naquele período. Mas, o que mais chama a atenção em suas posses é o fato de que Bernardo não possuía escravos ou terras. Apesar disso, sua riqueza só foi possível por uma herança e uma vida em uma sociedade escravista, onde a riqueza de uma cidade era tão grande a ponto de esconder que a sua origem foi centrada nas terras e no braço escravo.

#### **4. Considerações Finais**

No Brasil, tanto no sul do país, como no Nordeste, levando em consideração suas dimensões continentais, várias culturas utilizaram mão de obra escrava e promoveram desdobramentos para urbanização, industrialização e modernização de serviços, além de aparelhamento financeiro através de redes pessoais e fundação de bancos regionais e agências bancárias de bancos da Corte. Nos interessa entender como se comportaram tais complexos agroexportadores, em sua estrutura e funcionamento, a partir do final do XVIII até o início do século XX, no que já foi chamado de o “longo século XIX”, diz respeito às transformações trazidas pela implantação do modo de produção capitalista e as relações entre as regiões produtoras de matérias primas e alimentos e o mercado internacional sob essa nova égide.

Até aqui, chegamos a alguns resultados preliminares que demonstramos através de imagens para melhor compreensão do leitor. Estas imagens podem ser bastante ilustrativas do que estamos nos propondo defender. A distribuição de mão de obra escrava por municípios, sua relação com o produto principal produzido nesses locais, presença de bancos, indústrias têxteis e energia elétrica. Esses mapas podem nos ajudar a, novamente, ‘ilustrar’ o que viemos propondo até aqui e, servir de ponto de partida para um debate em torno dessa proposta de pesquisa aqui apresentada.

Por tudo que foi até aqui trabalhado, entendemos que a instalação da Usina Hidrelétrica de Marmelos 0 se apresenta indubitavelmente como um empreendimento moderno como sobejamente propalado pela imprensa à época e pelos biógrafos e admiradores de Bernardo Mascarenhas até os dias de hoje. A questão que tentamos esboçar aqui é que ser moderno no Brasil ao longo do século XIX estava diretamente relacionado à escravidão e aos seus desdobramentos.

## Referências Bibliográficas

- ALMICO, Rita, Fortunas em movimento: um estudo sobre as transformações na riqueza pessoal em Juiz de Fora/1870-1914. Dissertação de Mestrado, Instituto de Economia, Unicamp: Campinas, 2001.
- ALMICO, Rita. Em nome da palavra e da lei: relações de crédito em Minas Gerais no oitocentos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015.
- ALMICO, Rita; BAIARDI, Amílcar e SARAIVA, Luiz Fernando. Gênese e transformação das empresas regionais: o recôncavo baiano. Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras, 2007, 50.1.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do. Desenvolvimentismo. 2ª. ed. Rio de Janeiro, Contraponto, 1995.
- BLACKBURN, Robin. A queda do escravismo colonial: 1776-1848. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BOTELHO, T. R.. Censos e construção nacional no Brasil Imperial. Tempo Social. Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n.1, p. 321-341, 2005.
- BOTTI, Carlos Alberto Hargreaves, et al. Companhia Mineira de Eletricidade. Cia Energética de Minas Gerais, Centro de Pesquisas Sociais, UFJF, 1994, 19-20.
- CANABRAVA, Alice Piffer. História econômica: estudos e pesquisas. Unesp, 2005.
- CANO, Wilson. Raízes da concentração industrial em São Paulo. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, 1998.
- CARDOSO DE MELLO, João M. O capitalismo tardio. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CONRAD, Robert Edgar. Os últimos anos da escravatura no Brasil: 1850-1888. Civilização brasileira, 1978.
- COSTA, João Severiano Maciel da . Memória sobre a necessidade de abolir a introdução dos escravos africanos no Brasil: sobre o modo e condições com que esta abolição se deve fazer; e sobre os meios de remediar a falta de braços que ela pode ocasionar. Imprensa da Universidade, 1821.
- CRIBELLI, Teresa. A Modern Monarch: Dom Pedro II's Visit to the United States in 1876. Journal of The Historical Society, 2009, 9.2: 223-254.
- COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à colônia. Unesp, 1999.
- SANTOS, Silvana Andrade dos. Nestas costas tão largas. Revista de História, 2018, 177: 01-36.
- EISENBERG, Peter L. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- EL-KAREH, Almir Chaiban. Filha branca de mãe preta: a Companhia da Estrada de Ferro D. Pedro II, 1855-1865. Vozes, 1982.
- FEDERICO, Giovanni; TENA JUNGUITO, Antonio, 2018, "Federico-Tena World Trade Historical Database : Openness", doi:10.21950/BBZVBN, e-cienciaDatos, V1.

GOLDFEDER, Pérola. Em torno do trono: a economia política das comunicações postais no Brasil do século XIX. (Prêmio Arquivo Nacional de Pesquisa; 47) Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2022.

GOODWIN JÚNIOR, James William. Cidades de papel : imprensa, progresso e tradição : Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. Bancos, Economia e Poder no Segundo Reinado: O Caso da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Companhia (1854-1866). Tese de Doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1997.

JOSEPH, Gilbert; EMILY, Rosenberg. To Silver form cocaine: latin american commodity chains and the building of the world economy, 1500-2000. Duke University press, 2006.

LAMAS, Fernando Gaudereto; OLIVEIRA, Luís Eduardo de. Escravidão, imigração e suas funções em uma economia exportadora? Juiz de Fora, segunda metade do XIX: o caso da Companhia União & Indústria. História Econômica & História de Empresas, v. 14, p. 55-78, 2011.

LESSA, Jair. Juiz de Fora e seus pioneiros:(do caminho novo à proclamação). Universidade Federal de Juiz de Fora e Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage, 1985.

LIBBY, Douglas Cole. Notas sobre a produção têxtil brasileira no final do século XVIII: novas evidências de Minas Gerais. Estudos Econômicos (São Paulo), 1997, 27.1: 97-125.

LISBOA, José da Silva. Observações sobre a Franqueza da Industria e Estabelecimento de Fabricas no Brazil. 1810.

LUZ, Nícia Vilela; COSTA, João Cruz. A luta pela industrialização do Brasil. Editora Alfa Omega, 1975.

MACHADO, Paulo José de Oliveira. Evolução demográfica do Município de Juiz de Fora/MG, no período 1850/1920: População, café e território. In: GOMES, Ingrid Aparecida (Org.). A Geografia na Contemporaneidade 2. Ponta Grossa/PR: Atena Editora, 2018, v. 2, p. 294-308.

MARINHO Felipe Duarte Marinho, Economia Regional e Desenvolvimento Urbano: Juiz de Fora (1850/1930). In: XV Seminário sobre a Economia Mineira: 30 anos. Diamantina, 2012.

MASCARENHAS, Nelson Lage, Bernardo Mascarenhas: o surto industrial de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Gráfica Editora Aurora Ltda, 1954.

MELLO, Eduardo Cavalcanti de. A História dos Bancos na Parahyba, João Pessoa: Edição do Autor, 2008.

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. Raízes da indústria no Brasil. Rio de Janeiro, Studio F&S, 1992.

OLIVEIRA, Paulino. História de Juiz de Fora. 2. ed. Juiz de Fora: [s. ed.], 1966.

PUNTONI, Pedro. Os recenseamentos gerais do Brasil no século XIX: 1872 e 1890. São. Paulo: Cebrap, 2004.

RODARTE, Mario Marcos Sampaio; PAULA, João Antônio de; SIMÕES, Rodrigo Ferreira. Rede de cidades em Minas Gerais no século XIX. História Econômica História de Empresas, São Paulo: HUCITEC/ABPHE, 2004, 7.1: 7-45.

SALLES, Ricardo. E o Vale era escravo: Vassouras, século XIX: senhores e escravos no coração do Império. Civilização Brasileira, 2008.

SAMPAIO, José Luís Pamponet. Evolução de uma empresa no contexto da industrialização brasileira: A Companhia Empório Industrial do Norte 1891 – 1973. Dissertação apresentada ao Mestrado de Ciências Humanas da UFBA, Salvador, 1975.

SARAIVA, Luiz Fernando. O Império das Minas Gerais: café e poder na zona da Mata mineira, 1853-1893. Niterói: Universidade Federal Fluminense (UFF), 2008.

SARAIVA, Luiz Fernando; ALVARENGA, Thiago. A Caixa Econômica do Rio de Janeiro, 1831-1859. In: História bancária y monetária de América Latina (siglos XIX y XX): nuevas perspectivas. Universidade Federal de Alfenas, 2017. p. 429-461.

SILVA, Ana Paula Albuquerque. Produção Fumageira: fazendas e lavradores no Recôncavo da Bahia, 1774-1830. Dissertação de Mestrado, UFBA, 2015.

SOARES, Luiz Carlos, et al. A escravidão industrial no Rio de Janeiro do século XIX. In: Anais Eletrônicos do V Congresso Brasileiro de História Econômica e VI Conferência Internacional de História de Empresas da ABPHE. 2003.

SUZIGAN, Wilson. Indústria brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo. Brasiliense, 1986.

VALADARES, Francisco de C. Indústrias. Juiz de Fora no século XIX. (artigos publicados no Jornal do Comércio de Juiz de fora comemorando a entrada do século XX). Juiz de Fora: Tipografia Central, 1901.